

DIREITO CIVIL

1. Conforme dispõe o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, EXCETO:

- (A) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
 - (B) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil;
 - (C) os menores de 16 (dezesseis) anos;
 - (D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
-

A: art. 4º, III, da CF; B a D: art. 3º da CF. Gabarito "A"

2. Mateus está internado em hospital da rede particular de saúde em estado grave. João Carlos, seu pai, promete recompensa de R\$100.000,00 à equipe médica, caso o seu filho seja curado. Operada a cura, os médicos reivindicam o pagamento da recompensa prometida. Nessa situação, a manifestação de vontade está contaminada pelo vício do(a)

- (A) estado de perigo.
 - (B) lesão.
 - (C) erro.
 - (D) fraude.
-

João Carlos fez promessa de cumprir obrigação excessivamente onerosa, considerando que já existia a obrigação legal e ético-profissional de o médico fazer o melhor para salvar a vida de seu paciente. Os médicos, quando tomaram ciência da promessa de recompensa, aquiescendo com a manifestação de vontade de João Carlos, sabiam muito bem do estado de perigo em que se encontrava o filho de João Carlos, Mateus. Assim, estão configurados os requisitos do *estado de perigo*, previsto no art. 156 do CC. Gabarito "A"

3. João deve a Otávio a quantia de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais). Entretanto, na ocasião do vencimento da dívida, não tendo conseguido a importância em dinheiro, procura o credor e lhe oferece um veículo de sua propriedade em pagamento. Otávio aceita, dando por quitada a obrigação. Conforme o Código Civil, é CORRETO afirmar ter-se caracterizado, nesta hipótese:

- (A) dação em pagamento;
 - (B) pagamento com sub-rogação;
 - (C) remissão da dívida, em pagamento;
 - (D) pagamento em consignação.
-

Art. 356 do CC. Gabarito "A"

4. Diga em que sentença relativa a contratos anda o desacerto.

- (A) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se lhe não preferir o cumprimento, e tem, num e noutro caso, direito a indenização por perdas e danos.
- (B) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes pode, antes de cumprida sua obrigação, exigir o cumprimento da obrigação do outro.
- (C) Ainda que tácita, mas sempre inequívoca, a cláusula resolutiva opera de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.
- (D) A resolução do contrato por onerosidade excessiva pode ser evitada se o réu

concordar com a modificação eqüitativa das condições do contrato.

A: art. 475 do CC; B: art. 476 do CC; C: art. 474 do CC; D: art. 479 do CC. Gabarito "C"

5. Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas, é denominado pela lei como

- (A) possuidor direto.
 - (B) detentor.
 - (C) possuidor indireto.
 - (D) representante possessório.
-

Art. 1.198 do CC. Gabarito "B"

6. Assinale a alternativa correta:

- (A) na usucapião urbana individual, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), não é possível levar-se a efeito aquisição de terreno inferior ao mínimo módulo urbano.
 - (B) a usucapião rural consagrada no artigo 1.239 do Código Civil, que exige a chamada posse trabalho/moradia, não reclama *animus domini* da parte usucapiente.
 - (C) a usucapião coletiva pode ter como objeto áreas particulares e públicas.
 - (D) na usucapião coletiva, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), como regra geral, a cada possuidor será atribuída, por decisão judicial, igual fração ideal de terreno.
-

A: incorreta, pois não há essa restrição no art. 9º da Lei 10.257/01; B: incorreta, pois reclama que o interessado possua a coisa como sua, ou seja, reclama ou *animus domini* (art. 1.239 do CC); C: incorretas, pois não cabe usucapião sobre bens públicos (art. 102 do CC); D: correta (art. 10, § 3º, da Lei 10.257/01). Gabarito "D"

7. Os herdeiros poderão ceder seus direitos hereditários, seja a herança formada por bens móveis ou imóveis. Neste caso, por determinação legal, é CORRETO dizer que podem fazê-lo:

- (A) por instrumento particular.
 - (B) por escritura pública.
 - (C) por petição nos autos do inventário.
 - (D) no auto de partilha.
-

A alternativa "b" está correta, pois reflete o disposto no art. 1.793 do CC. Gabarito "B"

8. Sobre a sucessão em união estável, assinale a resposta correta.

- (A) Na união estável, nos termos do Código Civil, o companheiro supérstite não participa da sucessão do companheiro falecido, relativamente aos bens por este adquiridos a título gratuito ou próprios e exclusivos seus, quer deixando ou não deixando parentes sucessíveis.
- (B) O companheiro supérstite, que concorre na sucessão legítima do companheiro falecido, relativamente aos bens adquiridos pelo esforço comum durante a união estável, terá direito à metade da herança, além da sua própria meação, se os parentes sucessíveis deixados pelo falecido estiverem na linha colateral por consangüinidade e afinidade.

- (C)O companheiro supérstite que concorre com descendentes exclusivos do companheiro falecido, em qualquer hipótese e em quaisquer bens, terá direito a uma quota equivalente à que for atribuída àqueles.
- (D)Na sucessão testamentária, o companheiro falecido, deixando herdeiros colaterais, não poderá dispor além da metade dos seus bens exclusivos em favor do companheiro supérstite.
-

A alternativa “a” está correta, pois reflete o disposto no art. 1.790 do CC. Gabarito "A"

DIREITOS HUMANOS

9. Não se inclui entre as quatro Convenções de Genebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário a convenção relativa

- (A)à melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha.
- (B)ao tratamento dos prisioneiros de guerra.
- (C)à proteção de bens culturais em caso de conflito armado.
- (D)à proteção das pessoas civis em tempo de guerra.
-

A, B, C e D: o Direito Humanitário é composto por princípios e regras, estas sendo positivadas ou costumeiras, que tem como função, por questões humanitárias, limitar os efeitos do conflito armado. Mais especificamente, o Direito Humanitário protege as pessoas que não participam ou não mais participam das hostilidades e restringe os meios e os métodos de guerra. Tal conceito permite-nos encará-lo como Direito Internacional dos Conflitos Armados ou Direito da Guerra. O Direito Internacional Humanitário é basicamente fruto das quatro Convenções de Genebra de 1949 (em 1949 foram revistas as três Convenções anteriores – 1864, 1906 e 1929 - e criada uma quarta, relativa à proteção dos civis em período de Guerra) e seus Protocolos Adicionais, os quais formam o conjunto de leis que rege os conflitos armados e busca limitar seus efeitos. A proteção recai sobre as pessoas que não participam dos conflitos (civis, profissionais de saúde e de socorro) e os que não mais participam das hostilidades (soldados feridos, doentes, náufragos e prisioneiros de guerra). As Convenções e seus Protocolos apelam para que sejam tomadas medidas para evitar ou para acabar com todas as violações. Eles contêm regras rigorosas para lidar com as chamadas “violações graves”. Os responsáveis pelas violações graves devem ser julgados ou extraditados, independentemente de suas nacionalidades. A primeira Convenção de Genebra protege feridos e enfermos das forças armadas em campanha. A segunda Convenção de Genebra protege feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar. A terceira Convenção de Genebra se aplica aos prisioneiros de Guerra. A quarta Convenção de Genebra protege os civis, inclusive em territórios ocupados. Por fim, nas duas décadas após a adoção das Convenções de Genebra, o mundo testemunhou um aumento no número de conflitos armados não-internacionais e de guerras por independência. Em resposta a isso, foram adotados em 1977 dois Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1949. Eles fortalecem a proteção das vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo I) e não-internacionais (Protocolo II) e determinam limites aos métodos de guerra. O Protocolo II foi o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado às situações de conflitos armados não-internacionais. Em 2007, um terceiro Protocolo Adicional foi adotado criando um emblema adicional, o Cristal Vermelho, que tem o mesmo *status* internacional dos emblemas da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. A outra parte das regras do Direito Internacional Humanitário provém das Convenções

de Haia (13 no total), as quais regulam especificamente o meio e os métodos utilizados na guerra. Gabarito "C"

10. Para a apresentação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos de petição individual contendo denúncias ou queixas de violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos por um Estado-parte, devem-se cumprir pressupostos processuais e de admissibilidade. Considerando esses pressupostos, a parte peticionária

(A) pode ser qualquer pessoa ou grupo de pessoas ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos.

(B) deve constituir advogado.

(C) deve demonstrar a sua condição de vítima ou comprovar a autorização expressa da vítima ou dos familiares desta.

(D) deve comprovar, em qualquer caso, que interpôs e esgotou, previamente, todos os recursos de jurisdição interna.

A, B, C e D: A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o órgão administrativo do sistema regional de proteção americano. Sua composição é de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos. Os membros da Comissão serão eleitos, a título pessoal, pela Assembleia Geral da Organização, a partir de uma lista de candidatos propostos pelos governos dos estados-membros. Vale lembrar que não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo país. E sua principal função é promover o respeito aos direitos humanos no continente americano. Destarte, tem competência para enviar recomendações aos estados partes da Convenção Americana de Direitos Humanos, ou até mesmo para os estados-membros da OEA. Em sua competência insere-se também a possibilidade de realizar estudos, solicitar informações aos estados no que tange à implementação dos direitos humanos insculpidos na Convenção, como também confeccionar um relatório anual para ser submetido à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. Um aspecto importante de sua competência é a possibilidade de receber petições do indivíduo “lesionado”, de terceiras pessoas ou de organizações não-governamentais legalmente reconhecidas em um ou mais estados-membros da OEA que representem o indivíduo lesionado. Entrementes, esta competência só poderá ser exercida se o estado violador aderiu à Convenção Americana de Direitos Humanos. Percebe-se que não é necessário a expressa aceitação da competência da Comissão para receber petições, bastando que o estado tenha aderido à Convenção. A Comissão também tem competência para receber comunicações interestatais. Conforme já visto no sistema global de proteção, neste mecanismo um estado parte pode denunciar o outro que incorrer em violação dos direitos humanos. Mas para ter validade, os dois estados, denunciante e denunciado, devem ter expressamente declarado a competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para tanto. Figuram-se aqui os mesmos requisitos de admissibilidade verificados quando da análise do procedimento de apresentação de petições individuais e de comunicações interestatais no sistema global de proteção. Ou seja, só serão aceitas as petições ou as comunicações que comprovarem a inexistência de litispendência internacional e o esgotamento de todos os recursos internos disponíveis. Ademais, o art. 46 da Convenção Americana de Direitos Humanos também exige que a petição ou a comunicação seja apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva exarada no sistema protetivo nacional. E o sistema americano impõe a mesma ideia de ressalva existente no sistema global. As regras de

esgotamento de todos os recursos internos disponíveis e a do prazo de seis meses para a apresentação da petição ou comunicação não serão aplicadas quando o indivíduo for privado de seu direito de ação pela jurisdição doméstica, ou lhe forem ceifadas as garantias do devido processo legal ou, ainda, se os processos internos forem excessivamente demorados. Gabarito "A"

11. A respeito do desenvolvimento histórico dos direitos humanos e seus marcos fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) Os direitos fundamentais surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino.
- (B) Não há uma correlação entre o surgimento do cristianismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.
- (C) As gerações de direitos humanos mais recentes substituem as gerações de direitos fundamentais mais antigas.
- (D) A proteção dos direitos fundamentais é objeto também do direito internacional.

A: incorreta, pois a amplitude de proteção conferida pelos direitos humanos é marcada por sua contínua majoração, o que os tornam direitos históricos, pois no evoluir da história novos direitos são reconhecidos como direitos humanos – processo não findo. A história dos direitos humanos é marcada pela luta por seu reconhecimento, umbilicalmente relacionada com a luta por justiça e liberdade; B: incorreta. A mais abrangente revolução de valores e de atitude ocorrida na História da Humanidade foi a operada pelo Cristianismo. Os princípios hoje tão aclamados da liberdade, da igualdade e da solidariedade apareceram pela primeira vez nos ensinamentos do Novo Testamento. Por exemplo, a liberdade está inserida no princípio do livre arbítrio, já a igualdade é verificada no princípio de que entre os cristãos, recebidos pelo batismo, não há diferença e a solidariedade é exteriorizada no mandamento cristão: “Amar o próximo como a si mesmo”. Percebe-se que os princípios que fundamentaram as três primeiras gerações dos direitos humanos apareceram primeiramente por obra do cristianismo, o qual tem grande papel nessa milenar luta pela proteção da dignidade da pessoa humana; C: incorreta. A divisão dos direitos humanos em gerações, idealizada por Karel Vasak, tem por finalidade permitir uma análise precisa de sua amplitude, além de dar uma boa ideia sobre a causa de seu surgimento e seu contexto. A análise das gerações tem que ter por fundamento não a ótica sucessória (de substituição da anterior pela posterior), mas sim a interacional (de complementação da anterior pela posterior); D: correta. Em se tratando de interpretação e de aplicação das regras protetivas de direitos humanos, deve-se ter por fundamento o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima. Tal princípio determina a busca da maior efetividade possível na proteção dos direitos humanos. Portanto, de um modo geral, os sistemas protetivos de direitos humanos global (geral e específico), regional (global e específico) e nacional interagem-se e complementam-se para melhor proteger o indivíduo dos abusos perpetrados contra sua dignidade humana. Deve-se fazer uma pequena distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais. A doutrina atual, principalmente a alemã, considera os direitos fundamentais como os valores éticos sobre os quais se constrói determinado sistema jurídico nacional, ao passo que os direitos humanos existem mesmo sem o reconhecimento da ordem jurídica interna de um país, pois estes possuem vigência universal. Mas, na maioria das vezes os direitos humanos são reconhecidos internamente pelos sistemas jurídicos nacionais, situação que os tornam também direitos fundamentais, ou seja, os direitos humanos previstos na constituição de um país são denominados direitos fundamentais. Gabarito "D"

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

12. A incompetência do juízo, tal como prevista no CPC, pode assumir duas feições, de acordo com a natureza do vício e ainda com as consequências advindas de tal reconhecimento. O Código trata, então, da incompetência absoluta e da relativa. A respeito dessas modalidades de incompetência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A incompetência relativa pode ser alegada a qualquer tempo.
 - (B) A incompetência relativa sempre pode ser conhecida de ofício pelo juiz.
 - (C) A incompetência absoluta gera a nulidade de todos os atos praticados no processo até seu reconhecimento.
 - (D) A incompetência absoluta é alegada como preliminar da contestação ou por petição nos autos.
-

A questão trata das distinções entre competência e absoluta, previstas nos arts. 112 a 114 do CPC. A: se a exceção de incompetência relativa não for apresentada em 15 dias, há a preclusão (denominada pelo CPC de prorrogação da competência); B: em regra o reconhecimento da exceção depende de provocação da parte (exceção: nulidade da cláusula de eleição de foro - art. 112, p. único, do CPC); C: declarada a incompetência, somente os atos decisórios serão nulos (art. 113, § 2º, do CPC); D: a incompetência absoluta deve ser alegada em preliminar de contestação (art. 301, II, do CPC). Mas, pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 113, *caput*, do CPC), o que é feito por simples petição. Gabarito "D"

13. Suponha que Antônio, empregado de Carlos, tenha cumprido ordens deste para retirar madeira na fazenda de Celso, que, diante disso, tenha proposto a ação de reparação de danos materiais contra Antônio. Nessa situação, no prazo para a defesa, é lícito a Antônio

- (A) requerer a denunciação da lide contra Carlos.
 - (B) deduzir pedido de chamamento ao processo contra Carlos.
 - (C) requerer a nomeação à autoria contra Carlos.
 - (B) requerer a citação de Carlos na qualidade de litisconsorte passivo necessário.
-

Na hipótese em que o réu atua como um "dedo-duro" e quer sair do polo passivo, tem-se a nomeação à autoria (art. 63 do CPC). Gabarito "C"

14. Assinale a opção correta no que se refere à extinção do processo.

- (A) Havendo o reconhecimento da prescrição, o processo é extinto sem julgamento de mérito.
 - (B) A desistência da ação bem como a renúncia do direito acarretam a extinção do processo sem julgamento de mérito.
 - (C) A existência de coisa julgada anterior acarreta a extinção do processo com julgamento de mérito.
 - (D) A extinção do processo sem julgamento de mérito acarreta a coisa julgada formal.
-

A: com mérito (erro frequente dos candidatos em exames da OAB - art. 269, IV, do CPC); B: desistência é extinção sem mérito (art. 267, VIII, do CPC) e renúncia, com mérito (art. 269, V, do CPC); C: art. 267, V, do CPC; D: a extinção do processo sem

resolução de mérito permite a repositura (art. 268 do CPC) e, assim, não produz coisa julgada material, mas apenas formal (ou seja, veda a discussão no próprio processo, mas não em outro). Gabarito "D"

15. A sentença liminar, acrescida à legislação processual civil por meio da Lei 11.277/06, assegura ao juiz a possibilidade de dispensar a citação e proferir desde logo sentença, nas hipóteses em que o juízo já tenha proferido sentença de total improcedência em casos idênticos. Considerando tal instituto jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) Interposto o recurso de apelação contra a sentença liminar, o juiz poderá exercer juízo de retratação no prazo de cinco dias.
- (B) É cabível a sentença liminar quando a matéria controvertida for de fato e de direito e guardar identidade com outros casos anteriormente julgados pelo juízo.
- (C) Proferida sentença liminar, o réu somente será citado a responder à ação em caso de provimento de eventual recurso.
- (D) Será facultado ao autor agravar da sentença, caso em que o réu será intimado para oferecer contrarrazões.

A: art. 285-A, §1º, do CPC; B: somente cabe a improcedência liminar / julgamento antecipadíssimo da lide incorreta quando a matéria controvertida for de direito, não de fato (art. 285-A do CPC); C: o réu será citado para responder ao recurso, caso a sentença seja mantida (art. 285-A, §2º, do CPC); D: o recurso cabível de sentença é a apelação (art. 513 do CPC). Gabarito "A"

16. Não constitui requisito intrínseco de admissibilidade recursal

- (A) O interesse recursal.
- (B) A regularidade formal.
- (C) A inexistência de fato impeditivo ou extintivo.
- (D) A legitimidade.

Parte da doutrina diferencia os requisitos de admissibilidade recursal em extrínsecos (análise formal externa) e intrínsecos (análise formal mediante a leitura do recurso). Para verificar a regularidade formal, não há necessidade de se analisar o recurso em seu conteúdo. Gabarito "B"

17. José, em sede de execução por quantia lastreada em sentença judicial, foi intimado da formalização da penhora e avaliação no dia 31 de julho de 2008, na pessoa do seu advogado, por meio de mandado postal. Nessa situação hipotética, para que se cumpra o devido processo legal, José poderá

- (A) Opor-se à execução por meio de ação de embargos à execução, a ser proposta no prazo de quinze dias, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação.
- (B) Opor-se à execução por meio de ação de embargos à execução, a ser proposta no prazo de quinze dias, contados da juntada do mandado devidamente cumprido.
- (C) Opor-se à execução por meio de ação de embargos à arrematação, a ser proposta no prazo de quinze dias, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação.
- (D) Oferecer impugnação no prazo de quinze dias, contados da data da intimação da formalização do auto de penhora e de avaliação.

A questão quer induzir o candidato a erro. Após a criação da fase de cumprimento de sentença, não há mais "execução lastreada em sentença judicial". Ou se tem execução

de título extrajudicial ou cumprimento de sentença. Tratando-se de título executivo judicial, tem-se o cumprimento de sentença - cuja defesa se dá via impugnação (art. 475-J, § 1º, do CPC). Gabarito "D"

18. No curso dos processos, os juízes são dotados de poderes que lhes permitem conduzir os feitos de maneira adequada, garantindo, ao término do processo, a prestação da tutela jurisdicional de maneira eficaz.

Um dos poderes atribuídos aos magistrados pelo ordenamento jurídico pátrio é o chamado poder geral de cautela, que decorre da evidente impossibilidade de abstrata previsão da totalidade das situações de risco para o processo que podem vir a ocorrer em concreto. Acerca desse importante instrumento processual de concessão da tutela cautelar, é correto afirmar que

- (A) o poder geral de cautela pode ser exercido pelo magistrado mesmo que inexistir qualquer processo em curso, uma vez que se pauta no princípio da efetividade das decisões judiciais. Além disso, por força do seu caráter de urgência, dispensa qualquer tipo de fundamentação por parte do magistrado que profere a decisão.
- (B) o poder geral de cautela é exercido pelo juiz, a quem caberá, com base em tal poder, optar livremente por prestar a tutela adequada por meio das medidas cautelares nominadas existentes e aplicáveis ao caso concreto ou por meio de medidas cautelares inominadas.
- (C) se trata de autorização concedida ao Estado-Juiz para que conceda não apenas as medidas cautelares típicas previstas no Código de Processo Civil ou em outras leis, mas também medidas cautelares inominadas.
- (D) o sistema processual pátrio não prevê, no Código de Processo Civil, nenhum caso de medida cautelar inominada a ser deferida pelo juiz com base em seu poder geral de cautela, razão pela qual cabe ao magistrado decidir, em cada caso concreto, a medida cautelar atípica que pretende conceder.

O poder geral de cautela está previsto no art. 798 do CPC e é a base para a concessão de cautelares inominadas. Ou seja: se a situação de urgência da parte não se inserir em nenhuma das hipóteses de cautelares nominadas (art. 813 e ss., do CPC), será possível a concessão de uma medida inominada, desde que presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Gabarito "C"

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

19. Assinale a afirmação incorreta.

- (A) As medidas sócio-educativas privativas da liberdade estão sujeitas aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento.
- (B) A medida socioeducativa de internação deve ser aplicada com prazo determinado, entre o mínimo de seis meses e o máximo de três anos.
- (C) A medida sócio-educativa de internação só caberá se não houver outra medida adequada.
- (D) Ato infracional é a conduta legalmente descrita como crime ou contravenção penal.

A: correta (arts. 227, § 3º, V, da CF e 121, *caput*, do ECA); B: incorreta (devendo ser assinalada), pois a medida não deve ser aplicada com prazo *determinado* (art. 121, § 2º,

do ECA); C: correta, pois a CF e o ECA deixam claro que a medida é *excepcional* (arts. 227, § 3º, V, da CF e 121, *caput*, do ECA); D: correta (art. 103 do ECA). Gabarito "B"

20. Pelo que anuncia o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente em suas disposições preliminares, esta lei

- (A) declara que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes são limitáveis somente pelo justo exercício do poder familiar ou por ordem judicial fundamentada.
 - (B) destina-se a oferecer cuidado e proteção aos menores em situação irregular.
 - (C) considera criança pessoa de zero a quatorze anos incompletos.
 - (D) aplica-se, em alguns casos, a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
-

A: incorreta, pois os direitos fundamentais de crianças e adolescentes não são limitáveis; B: incorreta, pois a lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, seja em relação aos menores em situação regular, seja quanto aos que estão em situação irregular; C: incorreta, pois criança é a pessoa de até doze anos de idade (art. 2º, *caput*, do ECA); D: correta (art. 2º, parágrafo único, do ECA). Gabarito "D"

DIREITO DO TRABALHO

21. Os requisitos necessários à caracterização do vínculo de emprego abrangem

- (A) onerosidade, exclusividade, subordinação jurídica e alteridade.
 - (B) eventualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação jurídica.
 - (C) subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade.
 - (D) dependência econômica, continuidade, subordinação e alteridade.
-

A: Opção incorreta, pois a exclusividade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego (CLT, art. 3º); B: Opção incorreta, pois a eventualidade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego, nos termos do art. 3º da CLT, mas sim a não-eventualidade; C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 3º da CLT; D: Opção incorreta, pois a dependência econômica não é pressuposto do vínculo de emprego, nos termos do art. 3 da CLT. Gabarito "C"

22. Em se tratando de salário e remuneração, é correto afirmar que

- (A) a parcela de participação nos lucros ou resultados, habitualmente paga, não integra a remuneração do empregado.
 - (B) as gorjetas integram a base de cálculo do aviso prévio, das horas extraordinárias, do adicional noturno e do repouso semanal remunerado.
 - (C) o salário-maternidade tem natureza salarial.
 - (D) o plano de saúde fornecido pelo empregador ao empregado, em razão de seu caráter contraprestativo, consiste em salário *in natura*.
-

A: Opção correta, pois está em conformidade com o art. 3º da Lei 10.101/00; B: Opção incorreta, pois em conformidade com o entendimento solidificado na súmula 354 do TST as gorjetas integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado; C: Opção incorreta, pois a natureza jurídica do salário-maternidade é de benefício previdenciário, na medida em que é a Previdência Social que efetua o seu pagamento, nos termos do art. 71 da Lei 8.213/91; D: Opção incorreta, pois nos termos do art. 458, § 2º, IV, da CLT a assistência médica não constitui salário *in natura*.

Gabarito "A"

23. Foi celebrada convenção coletiva que fixa jornada em 7 (sete) horas diárias. Posteriormente, na mesma vigência dessa convenção, foi celebrado acordo coletivo prevendo redução da referida jornada em 30 minutos. Assim, os empregados das empresas que subscrevem o acordo coletivo e a convenção coletiva deverão trabalhar, por dia,

- (A) 8 (oito) horas, pois a CRFB prevê jornada de 8 (oito) horas por dia e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, não podendo ser derogada por norma hierarquicamente inferior.
 - (B) 7 (sete) horas e 30 (trinta) minutos, porque o acordo coletivo, por ser mais específico, prevalece sobre a convenção coletiva, sendo aplicada a redução de 30 (trinta) minutos sobre a jornada de 8 (oito) horas por dia prevista na CRFB.
 - (C) 6 (seis) horas e 30 (trinta) minutos, pela aplicação do princípio da prevalência da norma mais favorável ao trabalhador.
 - (D) 7 (sete) horas, pois as condições estabelecidas na convenção coletiva, por serem mais abrangentes, prevalecem sobre as estipuladas no acordo coletivo.
-

A: Opção incorreta, pois o art. 7º, XIII, da CF, autoriza a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Assim, uma vez fixado em acordo coletivo, jornada inferior ao mínimo legal, deverá ela ser obedecido este limite, nos termos do art. 58 da CLT; B: Opção incorreta, pois a redução de 30(trinta) minutos deve ser calculada sobre a jornada fixada na convenção coletiva, ou seja, 7 (sete) horas diárias, na medida em que a convenção ainda estava na vigência. Caso não estivesse na vigência da convenção coletiva, a redução de 30 (trinta) min. seria calculada sobre a jornada de trabalho ordinária de 8 (oito) horas, na medida em que, nos termos da súmula 277, I, do TST, as condições de trabalho alcançadas por força de convenção coletiva vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho; C: Opção correta, pois a opção está em consonância com o art. 620 da CLT; D: Opção incorreta, pois contraria o princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, disposta no art. 620 da CLT. GABARITO "C"

24. Com relação ao regime de férias, é correto afirmar que:

- (A) as férias devem ser pagas ao empregado com adicional de 1/3 até 30 (trinta) dias antes do início do seu gozo.
 - (B) salvo para as gestantes e os menores de 18 anos, as férias podem ser gozadas em dois períodos.
 - (C) o empregado que pede demissão antes de completado seu primeiro período aquisitivo faz jus a férias proporcionais.
 - (D) as férias podem ser convertidas integralmente em abono pecuniário, por opção do empregado.
-

A: opção incorreta, pois o terço constitucional deverá ser pago juntamente com o pagamento da remuneração das férias, ou seja, até 2 (dois) dias antes do início do período, em conformidade com o art. 145 da CLT; B: Opção incorreta, pois as férias poderão, excepcionalmente, ser concedidas em dois períodos, com exceção dos trabalhadores menores de 18 anos e dos maiores de 50 anos, para os quais as férias serão sempre concedidas de uma só vez, conforme previsão do art. 134, § 2º, da CLT; C: Opção correta, pois a assertiva reflete o teor da Súmula 261 do TST: "FÉRIAS PROPORCIONAIS. PEDIDO DE DEMISSÃO. CONTRATO VIGENTE HÁ MENOS DE UM ANO. O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de

serviço tem direito a férias proporcionais”; D: opção incorreta, pois as férias não podem ser convertidas integralmente em pecúnia, mas apenas 1/3, conforme dispõe o art. 143, *caput*, da CLT. Gabarito "C"

25. Paulo possuía uma casa de campo, situada em região rural da cidade de Muzambinho – MG, onde costumava passar todos os finais de semana e as férias com a sua família. Contratou Francisco para cuidar de algumas cabeças de gado destinadas à venda de carne e de leite ao mercado local. Francisco trabalhava com pessoalidade e subordinação, de segunda a sábado, das 11h às 21h, recebendo um salário mínimo mensal. Dispensado sem justa causa, ajuizou reclamação trabalhista em face de Paulo, postulando o pagamento de horas extraordinárias, de adicional noturno e dos respectivos reflexos nas verbas decorrentes da execução e da ruptura do contrato de trabalho. Aduziu, ainda, que não era observada pelo empregador a redução da hora noturna. Diante dessa situação hipotética e considerando que as verbas postuladas não foram efetivamente pagas pelo empregador, assinale a alternativa correta.

- (A) Francisco tem direito ao pagamento de horas extraordinárias, mas não lhe assiste o direito ao pagamento de adicional noturno, já que não houve prestação de serviços entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte.
- (B) Francisco tem direito ao pagamento de horas extraordinárias e de adicional noturno, não lhe assistindo o direito à redução da hora noturna.
- (C) A redução da hora noturna deveria ter sido observada pelo empregador.
- (D) Francisco não tem direito ao pagamento de horas extraordinárias e de adicional noturno, por se tratar de empregado doméstico.

A: Opção incorreta, pois de acordo com o art. 7º da Lei 5.889/73 na atividade pecuária, considera-se noturno o trabalho executado entre as vinte horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte; B: opção correta, pois Francisco tem direito ao recebimento de horas extras diárias e semanais, pois as jornadas diárias e semanais foram extrapoladas. Faz jus, ainda, ao adicional noturno de 25%, nos termos do art. 7º, parágrafo único, da Lei 5.889/73, na medida em que o horário noturno do trabalhador rural na pecuária compreende aquele executado entre as 20 horas de um dia até às 04 horas do dia seguinte, nos termos do art. 7º, *caput*, da Lei 5.889/73; C: Opção incorreta, pois por ser trabalhador rural não se aplica a regra da hora fictamente reduzida; D: Opção incorreta, pois pelo fato de existir atividade econômica na casa de campo, de acordo com o art. 1º da Lei 5.859/72, Francisco não será considerado empregado doméstico. Gabarito "B"

26. No que concerne às convenções coletivas de trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Acordo coletivo é o negócio jurídico pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.
- (B) Para ter validade, a convenção coletiva de trabalho deve ser, obrigatoriamente, homologada pela autoridade competente.
- (C) Não é lícito estipular duração de validade superior a 2 (dois) anos para a convenção coletiva de trabalho.
- (D) É facultada a celebração verbal de acordo coletivo de trabalho, desde que presentes, ao menos, duas testemunhas.

A: Opção incorreta, art. 611 da CLT; B: Opção incorreta, pois não há necessidade de homologação, mas apenas o depósito da convenção coletiva no Ministério do Trabalho,

art. 614 da CLT; C: Opção correta art. 614, § 3º, da CLT; D: Opção incorreta, art. 613, p. único, da CLT. Gabarito "C"

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

27. Segundo posicionamento atual da jurisprudência, as ações decorrentes de acidente do trabalho propostas por empregado contra empregador devem ser da competência da

- (A) Justiça comum estadual, se ajuizadas após a Emenda Constitucional nº 45/2004.
- (B) Justiça federal.
- (C) Justiça do Trabalho.
- (D) Justiça do Trabalho, desde que participe do feito também a instituição previdenciária.

A: Opção incorreta, pois apenas seria de competência da justiça comum, caso a ação fosse proposta contra o INSS, nos termos do art. 109, I, da CF; B: Opção incorreta, pois em se tratando de ação decorrente de acidente do trabalho a competência não será da justiça federal, nos termos do art. 109, *caput* e parágrafo 1º, da CF; C: Opção correta, pois o art. 114, VI, da CF, assim dispõe; D: Opção incorreta, pois embora a competência seja da Justiça do Trabalho, não pode a instituição previdenciária figurar no polo passivo da ação na Justiça do Trabalho. Gabarito "C"

28. Em uma audiência inaugural, compareceu o advogado da reclamada, o qual estava munido do instrumento de procuração e da defesa. O preposto não compareceu. O juiz, então, aplicou a revelia, argumentando que o representante legal da empresa não estava presente. Diante do problema apresentado na situação hipotética acima,

- (A) está correto o posicionamento do juiz, uma vez que a presença do preposto ou representante legal da reclamada é obrigatória na audiência, não sendo suficiente a presença do advogado para apresentar contestação.
- (B) o juiz deveria ter suspenso a audiência e determinado a intimação da reclamada para tal ato em nova data por ele designada.
- (C) o juiz deveria ter recebido a defesa trazida pelo advogado e afastado a revelia.
- (D) caberia ao juiz conceder a palavra ao advogado do reclamante, pois, em caso de concordância deste, o juiz poderia receber a contestação apresentada pelo advogado da reclamada, mesmo sem a presença do preposto.

A: Opção correta, pois o art. 843 da CLT determina que as partes estejam presentes na audiência. A súmula 122 do TST entende que independente da presença de advogado, ainda que munido de procuração, as partes devem estar presentes; B: Opção incorreta, pois não estando a parte reclamada presente em audiência deve o juiz aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 844 da CLT; C: Opção incorreta, pois não estando a parte presente não pode o magistrado receber a defesa, devendo aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 844 da CLT; D: Opção incorreta, vide comentários das alternativas B e C Gabarito "A"

29. Com relação às provas no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) As testemunhas devem ser necessariamente arroladas pelas partes dentro do prazo estabelecido pelo juiz, a fim de que sejam notificadas para comparecimento à audiência.
- (B) Cada uma das partes não pode indicar mais de três testemunhas, inclusive nas causas

sujeitas ao procedimento sumaríssimo, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, caso em que este número pode ser elevado a seis.

(C) Na hipótese de deferimento de prova técnica, é vedada às partes a apresentação de peritos assistentes.

(D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.

A: Opção incorreta, pois no processo do trabalho não há depósito de rol de testemunhas. As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação, conforme dispõem os arts. 825, *caput*, 845 e 852-H, § 2º, da CLT; B: Opção incorreta, pois no procedimento sumaríssimo as partes poderão levar apenas duas testemunhas, de acordo com o art. 852-H, § 2º, da CLT; C: Opção incorreta, pois as partes poderão indicar assistentes, conforme consta do art. 826 da CLT e súmula 341 do TST; D: Opção correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 852-H, § 4º, da CLT. Gabarito "D"

30. A respeito do recurso de revista, é correto afirmar que

(A) é cabível nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta à Constituição da República.

(B) não é cabível para reforma de decisão visando à uniformização de jurisprudência e restabelecimento da lei federal violada.

(C) é cabível em sede de execução, de decisão em embargos à execução, nas mesmas hipóteses de cabimento das decisões decorrentes de recurso ordinário.

(D) é cabível para corrigir injustiças de decisões em recurso ordinário, havendo apreciação das provas produzidas nos autos do processo.

A: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 896, § 6º, da CLT; B: Opção incorreta, pois o art. 896, *a*, da CLT, prevê tal hipótese; C: Opção incorreta, pois nos termos do art. 896, § 2º, da CLT o recurso de revista é cabível somente na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal; D: Opção incorreta, pois dada a natureza extraordinária do recurso não é permitido o reexame de fatos e provas, nos termos da súmula 126 do TST. GABARITO "A"

31. Com relação ao princípio da inércia jurisdicional no âmbito da Justiça do Trabalho, assinale a opção correta.

(A) A execução poderá ser promovida de ofício.

(B) A execução, no âmbito da Justiça do Trabalho, terá início somente quando a parte interessada requerer o cumprimento da sentença.

(C) O juiz não pode promover, de ofício, a execução.

(D) Tratando-se de decisões dos tribunais regionais, a execução deverá ser promovida, necessariamente, pelo advogado da parte credora.

A: Opção correta, pois nos termos do art. 878 da CLT, é permitido ao juiz iniciar *ex officio* a execução trabalhista; B: Opção incorreta, pois como dispõe o art. 878 da CLT, é permitido ao juiz iniciar *ex officio* a execução trabalhista; C: Opção incorreta, pois a opção contraria o disposto no art. 878 da CLT; D: Opção incorreta, pois a opção contraria o disposto no art. 878 da CLT. Gabarito "A"

DIREITO PENAL

32. A diferença entre crime e contravenção penal está estabelecida

- (A) pelo Código Penal.
 - (B) pela Lei de Contravenções Penais.
 - (C) pela Lei no 9.099/95 (Juizados Especiais).
 - (D) pela Lei de Introdução ao Código Penal.
-

A distinção entre as duas espécies de infração penal, que não reside no aspecto ontológico, está contida no art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei 3.914/41). Gabarito "D"

33. Sobre a aplicação da lei no tempo e no espaço, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias da (do)

- (A) ubiqüidade e do resultado.
 - (B) ubiqüidade e da ambigüidade.
 - (C) resultado e da ubiqüidade.
 - (D) atividade e da ubiqüidade.
-

Arts. 4º e 6º do CP, respectivamente. Gabarito "D"

34. Caio dispara uma arma objetivando a morte de Tício, sendo certo que o tiro não atinge um órgão vital. Durante o socorro, a ambulância que levava Tício para o hospital é atingida violentamente pelo caminhão dirigido por Mévio, que ultrapassara o sinal vermelho. Em razão da colisão, Tício falece. Responda: quais os crimes imputáveis a Caio e Mévio, respectivamente?

- (A) Tentativa de homicídio e homicídio doloso consumado.
 - (B) Lesão corporal seguida de morte e homicídio culposo.
 - (C) Homicídio culposo e homicídio culposo.
 - (D) Tentativa de homicídio e homicídio culposo.
-

A colisão que vitimou Tício constitui *causa superveniente relativamente independente* que por si só gerou o resultado. O nexo causal, nos termos do art. 13, § 1º, do CP, é interrompido (há imprevisibilidade). Caio, por isso, responderá por homicídio na forma tentada; Mévio, que ultrapassou o sinal vermelho (agiu com imprudência), responderá por homicídio culposo. Gabarito "D"

35. Há exclusão da culpabilidade em função de não se poder exigir conduta diversa do agente no caso de

- (A) coação moral irresistível.
 - (B) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
 - (C) erro sobre a ilicitude do fato.
 - (D) embriaguez completa proveniente de força maior.
-

A exigibilidade de conduta diversa, que constitui um dos pressupostos da culpabilidade, pode ser excluída em dois casos: coação irresistível e obediência hierárquica (art. 22 do CP). Gabarito "A"

36. Fábio induziu Marília, portadora de desenvolvimento mental retardado — síndrome de Down — a praticar suicídio. Posteriormente, após Marília ter aderido à ideia, Fábio emprestou-lhe um revólver, vindo ela a se matar. Nessa situação, Fábio responderá por
- (A) Induzimento a suicídio.
 - (B) Instigação a suicídio.
 - (C) Auxílio a suicídio.
 - (D) Homicídio.
-

Art. 121, CP. O crime do art. 122 do CP (participação em suicídio) exige que a vítima disponha de alguma capacidade de discernimento e resistência; do contrário, como é o caso, tratar-se-á de homicídio. Gabarito "D"

37. Ao tomar conhecimento de um roubo ocorrido nas adjacências de sua residência, Caio compareceu à delegacia de polícia e noticiou o crime, alegando que vira Tício, seu inimigo capital, praticar o delito, mesmo sabendo que seu desafeto se encontrava na Europa na data do fato. Em decorrência do exposto, foi instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias do ocorrido.
- A esse respeito, é correto afirmar que Caio cometeu
- (A) delito de denúncia caluniosa.
 - (B) crime de falso testemunho.
 - (C) delito de comunicação falsa de crime.
 - (D) delito de calúnia.
-

Caio, ao provocar a instauração de investigação policial contra Tício, seu desafeto, sabendo-o inocente do crime que levou ao conhecimento da autoridade policial, cometeu o delito de *denúncia caluniosa*, capitulado no art. 339 do CP. Este crime não deve ser confundido com o do art. 340 do CP, *comunicação falsa de crime ou de contravenção*, em que se provoca a ação da autoridade, a esta comunicando crime ou contravenção que se sabe não se ter verificado. Difere, também, do tipo prefigurado no art. 138 do CP, *calúnia*, na medida em que, neste delito, atribui-se falsamente a alguém fato definido como crime. Sua consumação se opera no momento em que o fato chega ao conhecimento de terceiro. Aqui, o agente não dá causa à instauração de investigação ou processo. Gabarito "A" -

DIREITO DO CONSUMIDOR

38. Sobre a inversão do ônus da prova no âmbito do Código de Defesa do Consumidor é correto afirmar que:
- a) É obrigatória para o Juiz quando presentes a verossimilhança e a hipossuficiência;
 - b) Não pode ser deferida em favor do Ministério Público, por não ser considerado hipossuficiente;
 - c) Abrange as despesas com honorários periciais da parte favorecida pela inversão;
 - d) Ocorre *ope legis* na hipótese do art. 38 do Código de Defesa do Consumidor (informação ou comunicação publicitária).
- A: incorreta, pois o juiz deve analisar os requisitos do art. 6º, VIII, do CDC; B: incorreta, pois o STJ admite o deferimento da inversão em favor do Ministério Público quando este defende em juízo direito do consumidor; segundo o Min. Herman Benjamin, a tese de que a inversão não pode ser feita em favor do Ministério Público

“*não prospera; a uma, porque a hipossuficiência refere-se à relação material de consumo, e não à parte processual; a duas, porque, conforme esclarecido alhures, tal medida também pode se sustentar no outro pressuposto legal, qual seja, a verossimilhança das alegações*” (REsp 773.171/RN, DJ 15/12/2009); C: incorreta, pois o STJ vem entendendo que “a simples inversão do ônus da prova, no sistema do CDC, não gera a obrigação de custear as despesas com a perícia, embora sofra a parte ré as conseqüências decorrentes de sua não-produção” (REsp 1063639/MS, DJ 04/11/2009); ou seja, o fornecedor não é obrigado a custear a perícia, mas a sua não realização é ônus que pode prejudicá-lo; D: correta, pois a hipótese do art. 38 (“o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina”) é a única em que a inversão do ônus da prova é automática, decorrendo diretamente da lei. Gabarito “D”

39. Com fundamento no CDC, João, pedestre atropelado em setembro/2009, em função de falha no sistema de freio de um automóvel fabricado neste ano,

- (A) poderá ingressar, no prazo de cinco anos, com ação indenizatória contra a montadora alegando defeito do produto.
- (B) poderá ingressar com ação indenizatória, em face da montadora, no prazo de 90 dias, lastreado na responsabilidade por vício do produto.
- (C) deverá ingressar com ação indenizatória contra o motorista do automóvel, no prazo de cinco anos.
- (D) não poderá ingressar com ação indenizatória em face da montadora.

A responsabilidade pelo *fato do produto ou serviço*, também chamada de responsabilidade por *defeito* ou responsabilidade por *acidente de consumo*, ocorre quando o produto ou o serviço tem um problema que extravasa o seu interior e atinge o exterior, maculando a saúde ou a segurança do consumidor. Esse tipo de responsabilidade confere o prazo de 5 anos para a vítima ingressar com ação indenizatória em face do *fabricante*. Não se deve confundir essa situação com o *vício do produto ou do serviço*. Nesse caso, está-se diante de um problema interno no produto ou no serviço, ou seja, de um vício de qualidade ou quantidade nestes, que os tornam impróprios ou inadequados ao consumo ou de menor valor. Aqui, o consumidor deve pedir o conserto do problema (quanto aos produtos) ou a reexecução do serviço (quanto aos serviços), podendo, no caso de produto, buscar seus direitos não só em face do *fabricante*, como do *comerciante* também. Gabarito “A”

40. Ainda a respeito dos direitos do consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato de adesão admite cláusula resolutória, mas sendo lesado o consumidor, este poderá optar entre a rescisão contratual com perdas e danos e o cumprimento da obrigação.
- (B) Nos contratos comutativos, nas relações de consumo, o legislador permite que o juiz, de ofício, declare a nulidade de toda e qualquer cláusula contratual, bem como interfira na autonomia da vontade das partes e na obrigatoriedade dos pactos, quando houver qualquer prejuízo para o consumidor.
- (C) Nos contratos paritários e nos de adesão, nas relações de consumo, as cláusulas de eleição de foro e de limitação do valor da indenização podem ser validamente acordadas, pois para esse tipo de negociação não falta a autodeterminação do consumidor. Por isso, não há causa suficiente para a declaração de abusividade de qualquer das cláusulas contratuais.
- (D) Em se tratando da responsabilidade objetiva pelo fato do produto todos os fornecedores, do fabricante ao comerciante do produto, bem como os fornecedores de

peças e equipamentos incorporados ao produto, são responsáveis pelo acidente de consumo.

A: correta (art. 54, § 2º, do CDC); B: incorreta, pois a atuação do juiz de ofício até vem sendo admitida pelo STJ, porém não para interferir totalmente na autonomia da vontade, mas apenas para fazer valer a lei de consumo, quando esta for violada; vide o seguinte precedente: “o Código de Defesa do Consumidor é norma de ordem pública, que autoriza a revisão contratual e a declaração de nulidade de pleno direito de cláusulas contratuais abusivas, o que pode ser feito até mesmo de ofício pelo Poder Judiciário. Precedente” (REsp. 1.061.530/RS, afetado à Segunda Seção).” (AgRg no REsp 334.991/RS, DJ 23/11/2009); C: incorreta, pois o CDC é norma de ordem pública e as cláusulas mencionadas são nulas, podendo o juiz reconhecer essa nulidade de ofício (art. 51, I e IV, do CDC); D: incorreta, pois, segundo o art. 12 do CDC, o comerciante não tem responsabilidade pelo acidente de consumo, mas sim o fabricante, o produtor, o construtor e o importador; o comerciante só tem responsabilidade por acidente de consumo nas excepcionais hipóteses previstas no art. 13 do CDC. Gabarito “A”